CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SAYMON MASCARENHAS DE LIMA

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CONTADOR

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2019

SAYMON MASCARENHAS DE LIMA

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CONTADOR

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof^ª. Me. Antônia Valdelúcia Costa

SAYMON MASCARENHAS DE LIMA

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CONTADOR

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof^a. Me. Antônia Valdelúcia Costa

Aprovado em: __________ _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Prof^a Me. Antonia Valdelucia Costa
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – Unileão

Prof. Esp. José Carlos Ferreira Esmeraldo
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – Unileão
Membro 1

Prof. Esp. Francisco Bacurau Bento
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – Unileão
Membro 2

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CONTADOR

Saymon Mascarenhas de Lima¹
Antonia Valdelucia Costa²

RESUMO

Por ser a ética um conjunto de normas a ser seguido por todos os cidadãos, ela é responsável pela conduta ética de todo e qualquer profissional. Desde os tempos mais remotos da humanidade que os princípios éticos são seguidos, haja vista que a ética é parte integrante de toda a estrutura humana das comunidades, das profissões e da própria existência do homem que vive em sociedade. Ser ético é agir de acordo com os princípios estabelecidos pela sociedade e pela categoria de trabalho da qual o indivíduo faz parte. A sociedade exige de todo e qualquer profissional não somente a questão ética, mas também a responsabilidade social para auxiliar as organizações como forma de alavancar o desenvolvimento social e econômico destas, como elemento fundamental da postura ética profissional. Para tanto, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar o que vem a ser a ética e a responsabilidade do profissional da contabilidade, e como objetivos, mostrar um pouco do surgimento da ética e seus conceitos, apontar os direitos e deveres do Contador pautados no Código de ética Profissional e apresentar o seja a responsabilidade deste profissional e suas implicações legais. Para desenvolver o presente estudo, utilizou-se da metodologia de cunho bibliográfico, qualitativo e descritivo, tendo por base obras já publicadas de autores renomados, através da consultas em livros, artigos, monografias, dissertações e sites confiáveis.

Palavras-chave: Ética. Profissional Contábil. Responsabilidade. Código de Ética.

ABSTRACT

Because ethics are a set of norms to be followed by all citizens, it is responsible for the ethical conduct of any professional. Since the most remote times of humanity, ethical principles are followed, since ethics is an integral part of the entire human structure of communities, professions and the very existence of man living in society. To be ethical is to act according to the principles established by society and the category of work of which the individual is a part. Society requires from any professional not only the ethical issue, but also social responsibility to assist organizations as a way to leverage their social and economic development as a fundamental element of the ethical posture professional. Therefore, the present study has as general objective to present what is the ethics and responsibility of the accounting professional, and as objectives, show some of the emergence of ethics and its concepts, to point out the rights and duties of the Accountant based on the Code of Professional Ethics and present the responsibility of this professional and its legal implications. To develop the present study, we used the methodology of bibliographic, qualitative and descriptive nature, based on works already published by renowned authors, through consultations in books, articles, monographs, dissertations and reliable websites.

Keywords: Ethics. Accounting Professional. Responsibility. Code of Ethics.

¹ Concludente do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão. E-mail: saymonmascarenhas@gmail.com

² Orientadora. Prof^a Me em Ciência da Educação pela UTIC-PY. Docente da Unileão. E-mail: valdeluciacosta@hotmail.com; valdelucia@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre ética e responsabilidade é fundamental para a vida do todo e qualquer cidadão, visto que estes dois elementos estão presentes no dia a dia de toda a sociedade.

Desde os primórdios que a ética é discutida e analisada pelos mais famosos estudiosos da Filosofia. A ética são normas que contribuem com a formação do cidadão e que é responsável pela consciência crítica e responsabilidade social do profissional no seu agir ético e consciente, obedecendo os padrões convencionais, visando o bem comum de toda a sociedade e cumprindo os padrões por esta estabelecidos.

Toda profissão possui o seu próprio código de ética que normatiza a postura do profissional e que é aplicado de maneira universal no exercício profissional e no seu dia a dia, sempre com honestidade, responsabilidade e competência.

O presente estudo justifica-se pelo fato de que se fala muito em ética e responsabilidade, mas é notório que alguns profissionais não compreendem a importância e finalidade dos Códigos de Ética que regem sua profissão, ou não lhe dão o devido valor.

Partindo do pressuposto da necessidade de fazer um estudo acerca do tema em epígrafe, tem-se como objetivo geral apresentar o que vem a ser a ética e a responsabilidade do profissional da contabilidade, e como objetivos, mostrar um pouco do surgimento da ética e seus conceitos, apontar os direitos e deveres do Contador pautados no Código de ética Profissional e apresentar o seja a responsabilidade deste profissional e suas implicações legais, que deverão responder à seguinte indagação: O que é a ética e responsabilidade social e profissional?

Para desenvolver o presente estudo, utilizou-se da metodologia de cunho bibliográfico, qualitativo e descritivo, tendo por base obras já publicadas de autores renomados, através da consultas em livros, artigos, monografias, dissertações e sites confiáveis.

Ao término do presente estudo, é possível afirmar-se que todo o profissional contábil deverá se aprofundar nos estudos relacionados ao Código de Ética de sua profissão, fazendo uma reflexão dos princípios norteadores éticos e da legislação existente a fim de visualizar de forma mais ampla a importância desse instrumento no aperfeiçoamento de seu trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SURGIMENTO DA ÉTICA

Desde o princípio da humanidade, ao fim do nomadismo, em que os homens se fixaram em um local determinado e passaram a trabalhar na terra, iniciou-se o conceito de propriedade e residência, trazendo a necessidade constante do convívio pacífico em sociedade e assim o homem passou a compreender o que seria a coletividade, surgindo desta forma, os primeiros princípios éticos - mesmo que de forma inconsciente - A partir dessa evolução da sociedade e as normas de convívio que surgiram entre as pessoas, iniciou-se os diversos ensaios teóricos, filosóficos, antropológicos, juristas e sociológicos. (CHAUÍ, 2002).

De acordo com a linha do tempo ocidental, os primeiros ensinamentos éticos surgiram com os gregos, partindo dos ensinamentos de Sócrates e dos textos de Aristóteles e Platão, inclusive, foram as questões socráticas que inauguraram a ética ou filosofia moral, definindo o campo em que as obrigações e os valores morais seriam fixados. (CHAUÍ, 2002).

Etimologicamente Ética vem do grego, *ethos* e significa “caráter”, “modo de ser”, “costume”, tendo seu sentido inspirado na expressão também grega *ethike filosofia*, ou seja, “filosofia moral” ou “filosofia do modo de ser”, e, de acordo com os romanos *ethos*, traduzido para o latim *mos* (*mores* no plural) significando “costume”, tendo como origem a palavra “moral” (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2019).

Nota-se que conforme os ensinamentos gregos, a ética possuía como concepção o fator de que a educação moral do caráter do sujeito dominaria, de forma racional, seus apetites, impulsos e desejos e orientava a vontade rumo ao bem e à felicidade, formando-o como membro da coletividade sociopolítica (CHAUÍ, 2002).

Logo, a ética pode ser compreendida como um meio para conduzir a harmonia entre o sujeito e os valores coletivos.

3 CONCEITO E FUNÇÃO DA ÉTICA

Com o avanço das informações em paralelo às exigências do governo, têm surgido processos cada vez mais burocráticos, o que antes era exigido uma documentação relativamente simples para a aquisição de um financiamento para sua empresa, hoje são exigidos uma variedade muito maior e mais complexa que exigem cuidado, prática profissional e controle dos demonstrativos de forma constante, além de uma excelente organização e cuidado no arquivamento de determinados documentos (CONTASIMPLES, 2018).

Desta forma, a confecção dos balanços e demonstrações de resultados, faturamento e fichas dos sistemas de SPED – Sistema Público de Escrituração Digital - gerados e autenticados tornam-se essenciais para tal operação. A partir daí, surgem certas dificuldades uma vez que os

resultados das entidades nem sempre correspondem com o que o empresário “precisa” e assim começam a surgir os pedidos para “melhorar” algumas informações presentes nos demonstrativos, mesmo que esses registros não reflitam a realidade (SEBRAE, 2018).

Devido à grande concorrência mercadológica vivenciada no mundo atual, convive-se com muitas alegações do tipo: “Se você não fizer, encontro quem faça” e diante da crise financeira e o receio de se perder o cliente o difícil é encontrar quem não o faça, desta forma, surge o papel social orientador do profissional, que embasado no próprio código de ética, deverá manter sua honestidade e transparência, passando também para seus clientes o que de fato deve ser feito, cumprindo a legislação e mantendo os registros limpos e fidedignos (BONHÔTE, 2014).

Assim sendo, a ética segundo Nash (1993, p. 6), citado por Farias ([2012?], p. 1) “a define como sendo um estudo de como valores morais podem ser aplicados às atividades e objetivos de uma determinada entidade, não sendo somente um padrão moral a ser considerado de forma isolada”.

Já de acordo com Sá (2009), a ética é objeto da vontade ou das regras que direcionam a conduta humana. Desta forma, ela pode ser compreendida como uma vontade ética que dá ao ser humano noções norteadoras de como agir. Logo, qualquer profissão, seja do atendente ao diretor da empresa, é indispensável que haja o conhecimento dessas noções e que estas sejam cumpridas afim de garantir o bom funcionamento empresarial além do bom relacionamento entre os seres humanos.

O conjunto destes princípios e regras que compõem a definição da ética, são portanto, essenciais para a construção da confiança entre os colegas de profissão, bem como entre a sociedade em si e, de acordo com Lisboa (2009, p. 131), “Para ser ético, pois, é necessário ter algum tipo de fé. Isso não significa que se deve, necessariamente, possuir fé religiosa, mas que se deve acreditar em algum valor intangível, de alto significado moral, como bondade, caridade, sinceridade, honestidade”. Sendo, portanto, esse conjunto de valores um importante pilar da humanidade, dando estrutura, suportando e dando caminhos a serem seguidos.

3 CÓDIGOS DE ÉTICA

Devido à extrema importância social da ética e suas imposições do que é o certo e justo, viu-se a necessidade da adoção mundial de padrões éticos e morais inclusive dentro das próprias organizações, seja para que houvesse um bom relacionamento entre seus colaboradores, seja para a “manutenção da boa imagem” ou simplesmente devido às demandas diretas com o público.

Desta forma, surge o código de ética profissional como forma de “orientar” as entidades a seguirem determinados padrões. (ASHLEY 2002, *apud* RIBAS 2007).

Tais “manuais orientativos” existem de fato para serem acatados e respeitados pelas diversas profissões existentes. No momento que o código é ferido por determinada classe profissional, vê-se toda ela ser “rotulada” como fraudulenta, antiética ou até mesmo imoral, o que por muitas vezes não são justificáveis. Além deste fator, o desvio dos princípios éticos profissionais podem levar a fatores negativos e manipuladores de mercado, causando inclusive o desvio de verbas, o que afeta toda a sociedade que acaba pagando pelo ato antiético e fraudulento cometido por outros (CARVALHO, 2001 *apud* VIEIRA, 2015).

Assim como cada sociedade tem sua forma de agir e pensar, tem suas crenças e valores determinados por vezes pela religião ou país, cada profissão também tem suas particularidades que devem ser regulamentadas e orientadas de formas particulares, para tanto, existem códigos de éticas diferentes para cada tipo de profissão (VIEIRA, 2015).

Partindo de sua origem histórica, os códigos de ética são práticas americanas, nascidos baseados em aspectos de ordem legal, punitiva e disciplinar em face às exigências conhecidas como *stakeholder* externo: sociedade, consumidores e o próprio governo. Desta forma, surgiram diversos estudos que buscaram analisar o conteúdo destes códigos e por sua vez identificou-se que os mesmos davam mais atenção às condutas negativas que poderiam afetar diretamente o lucro das empresas, do que no reforço às práticas éticas que poderiam (e deveriam) incrementá-lo, sua composição era basicamente 90% voltados para o *compliance*, ou seja, na estrutura hierárquica e punições (CRESSEY; MOORE, 1993 *apud* CHERMAN; TOMEY, 2005).

Com o passar dos anos e a mudança de pensamento em relação ao ambiente de negócio e suas relações trabalhistas, iniciou-se uma reinterpretação do conteúdo dos códigos, redirecionando-os para uma mudança de cultura corporativa, com inserção de instrumentos de apoio dentro de um programa consistente, permitindo assim, a internalização de valores e o início da formação da cultura ética em forma de um “manual” orientativo (MATHEWS 1987 *apud* CHERMAN; TOMEY, 2005).

4 ÉTICA PROFISSIONAL

Segundo Glock e Goldim (2003), no momento da decisão de qualquer ser humano em relação à qual profissão irá seguir, surge a necessidade da reflexão acerca da ética profissional, pois juntamente à atividade a ser seguida, virá também o conjunto de deveres profissionais

obrigatórios que no momento de sua formação superior, ao fazer o juramento, inicia-se a adesão voluntária a um conjunto de regras estabelecidas e adequadas àquele exercício.

É justamente o comprometimento entre profissional e sua carreira que se faz necessário o conhecimento da conduta ética. Ao contrário do que antigamente se entendia dos códigos de ética, pela visão preocupada somente com o lucro empresarial, hoje sabe-se que o indivíduo não consegue conviver em uma sociedade em que seu papel compara-se ao de uma ave de rapina, ou seja, de um ser que não consegue se submeter a nenhum tipo de obediência. Inclusive Morgan (1996, p. 153), diz que empregados “[...] trazem para o local de trabalho aspirações e visões daquilo que o seu futuro deve ser, fornecendo as bases para interesses de carreira que podem ser independentes do trabalho que está sendo desempenhado.”

Devido ao papel social que a ética em si possui, por conduzir o modo de agir e pensar da sociedade e “ditar as regras de boa conduta”, juntou-se este conceito à constante necessidade de “regramento” também ao âmbito profissional, dando origem ao que se conhece atualmente como “ética das profissões” e estas por sua vez, listadas pelo chamado código que cada profissão possui de acordo com suas necessidades (ALVES *et al.*, 2007).

Dentre os diversos fatores que podem ser considerados como essenciais dentro do ambiente corporativo, além de – obviamente - competência, assiduidade e comprometimento, é exigido que cada colaborador tenha noções da ética do trabalho ao qual está se inserindo, este é um fator importante não somente para a empresa, mas para os clientes da mesma que depositam confiança no trabalho a ser oferecido e fornecem por muitas vezes dados pessoais e financeiros que devem ser “utilizados” com bastante cautela por parte de quem os está coletando, pois dados “vazados” ou utilizados de má fé ou de forma antiética, podem causar bastante dor de cabeça para todos os envolvidos – tanto por parte da empresa, como por parte de quem contratou os serviços ou adquiriu os produtos da mesma – danos como financeiros ou morais (BORGES; RODRIGUES, 2011).

Moreira (2002, p. 31), reforça em dizer que “Os procedimentos éticos facilitam os laços de parceria empresarial, quer com clientes, quer com fornecedores, quer ainda, com sócio efetivos ou potenciais”. Logo, percebe-se que vai além de um conjunto de normas essenciais ao bom funcionamento da entidade, é de fato uma forma de inclusive, se manter no mercado e “criar nome” fornecendo não somente produtos e serviços, mas também confiabilidade.

5 O CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUA APLICABILIDADE

Atualmente não se vive sem contabilidade. A mesma é uma ferramenta essencial, não somente para os empresários, mas como para o próprio governo que necessita das informações geradas por este profissional. Na busca incessante pela manutenção no mercado de trabalho, o que muitos buscam antes de contratar o serviço de um contador - além do preço – são suas referências e sua forma de trabalhar, principalmente com bastante discrição, diligência e competência (KRAEMER, 2009).

O exercício da ética profissional contábil deve, portanto, ocorrer desde o momento da contratação, na conversa entre contador e cliente todas as informações transmitidas devem seguir uma série de requisitos que fazem parte do dever do contabilista que segue o código de ética da profissão, como por exemplo a transparência e honestidade. Além disso, todos princípios citados no código de ética dos contabilistas devem ser seguidos compulsoriamente pelo profissional, sob pena de cometer infração ética e sofrer as devidas punições por parte do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) (LIMA, 2013).

Desta forma, o código de ética do profissional contábil é estudado desde a formação acadêmica bem como no curso do exercício da profissão estando disponível para consulta a qualquer momento, não podendo o contador alegar desconhecimento deste (LIMA, 2013).

O código de ética possui como objetivo principal o de relacionar o que é permitido ou proibido dentro da profissão, abrangendo colaboradores, empresários, sociedade e até mesmo os próprios clientes

De acordo com Lisboa (2006, p. 61):

O Objetivo do código de ética para o contador é habilitar esse profissional a adotar uma atitude pessoal, consoante com os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade. Para o exercício da profissão de contador, não basta a preparação técnica, ele deve defender os princípios e valores éticos aplicáveis a sua profissão, de modo a produzir uma imagem verdadeira do que ela se constitui para as novas gerações profissionais.

Elaborado e aprovado pela primeira vez em 1950, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o código de ética do profissional contábil, reúne um conjunto de princípios a serem seguidos pelo profissional contador, que por sua vez, devido à própria característica de sua atividade, há uma grande vinculação com responsabilidades sociais e econômicas, pois possui papel de mensurar, controlar e gerir patrimônios pessoais e empresariais. (FORTES, 2002).

Somente em 1996, com a resolução CFC nº 803, surgiram alterações e novas melhorias, tendo outra atualização bastante recente em 1º de junho de 2019 - a Norma Brasileira de Contabilidade Profissional Geral 01 (NBC PG 01) - adequando o código à realidade recente da profissão, que por sua vez, têm passado por constantes evoluções em decorrências das inovações

tecnológicas. Este código foi aprovado em substituição ao estabelecido por meio da Resolução nº 803/1996 e suas alterações posteriores (GIROTTI, 2019).

Com a vigência da NBC PG 01, a atuação da classe seguirá com base nos conceitos edificados historicamente pela profissão, porém também com papel de conduzir as ações dos profissionais contábeis de acordo com a realidade vivida atualmente, além de que desta forma o código estará alinhado com os padrões internacionais de ética provenientes da Federação Internacional de Contadores (IFAC, em inglês). Dentre as alterações realizadas, foram incluídos itens no capítulo deveres, vedações e permissibilidades (GIROTTI, 2019).

6 DEVERES E PROIBIÇÕES DO CONTADOR

O Código de Ética do profissional contador, tem por objetivo a de fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade, e em todos os assuntos relacionados à sua profissão. Dentre as regulamentações destacam-se os deveres, vedações e permissibilidades constantes na Resolução CFC 803/96, que inclusive foram alterados recentemente pela NBC PG 01, incluindo itens que atendam às recentes necessidades da profissão em acordo às inovações tecnológicas ocorridas no século XXI (BREDA, 2019).

Assim como toda e qualquer profissão necessita de regulamento, a de contador não poderia ser diferente e da mesma forma que o método de trabalho pode ser alterado de acordo com às necessidades da profissão, os deveres, direitos, vedações ou permissibilidades também.

Desta forma, segundo a NBC PG 01/2019:

São deveres do contabilista:

- (a) exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo de dignidade e independências profissionais;
- (b) recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;
- (c) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito de serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos de Contabilidade;
- (d) informar a quem de direito, obrigatoriamente, fatos que conheça e que considere em condições de exercer efeito sobre o objeto do trabalho, respeitado o disposto na alínea (c) deste item;
- (e) aplicar as salvaguardas previstas pela profissão, pela legislação, por regulamento ou por organização empregadora toda vez que identificar ou for alertado da existência de ameaças mencionadas nas normas de exercício da profissão contábil, observando o seguinte:
 - (i) tomar medidas razoáveis para evitar ou minimizar conflito de interesses; e
 - (ii) quando não puder eliminar ou minimizar a nível aceitável o conflito de interesses, adotar medidas de modo a não perder a independência profissional;
- (f) abster-se de expressar argumentos ou dar conhecimento de sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que

- estiver servindo, mantendo seu trabalho no âmbito técnico e limitando-se ao seu alcance;
- (g) abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, mantendo a independência profissional;
- (h) zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo, abstendo-se de emitir qualquer opinião em trabalho de outro contador, sem que tenha sido contratado para tal;
- (i) comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo;
- (j) despender os esforços necessários e se munir de documentos e informações para inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;
- (k) renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos em contrato;
- (l) quando substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de contribuir para o bom desempenho das funções a serem exercidas;
- (m) manifestar, imediatamente, em qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;
- (n) ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja defendendo remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico;
- (o) cumprir os Programas de Educação Profissional Continuada de acordo com o estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- (p) comunicar imediatamente ao CRC a mudança de seu domicílio ou endereço, inclusive eletrônico, e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como informar a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional;
- (q) atender à fiscalização do exercício profissional e disponibilizar papéis de trabalho, relatórios e outros documentos solicitados; e
- (r) informar o número de registro, o nome e a categoria profissional após a assinatura em trabalho de contabilidade, propostas comerciais, contratos de prestação de serviços e em todo e qualquer anúncio, placas, cartões comerciais e outros. (NBC PG 01/2019).

Desta forma, ser ético é uma característica essencial da profissão. Nota-se que são princípios básicos a serem seguidos justamente devido à grande responsabilidade que a profissão carrega. São princípios que, caso não seguidos, ferem diretamente os direitos do cliente, mexem com sua saúde financeira e mental e afeta inclusive a própria sociedade, que no momento que o contador deixa de “arrecadar” corretamente os tributos devidos em benefício a seu cliente ou simplesmente por falta de conhecimento, acaba gerando déficit na arrecadação das contas públicas, que geram conseqüentemente insuficiência dos serviços públicos essenciais à sociedade como saúde, educação, saneamento básico, dentre outros (KARKACHE, 2015).

Atrelados aos deveres inerentes à conduta profissional, existem também uma variedade de vedações dispostos na norma que são essenciais no exercício da profissão. Vedações estas que assim como seus deveres, podem ferir moralmente ou financeiramente seus clientes, ao próprio contador e a terceiros (VALE; FERREIRA; WIESNER, 2014).

Dentre as principais vedações constantes no código de ética, a fraude (em suas diversas formas), sendo ela cometida pelo próprio profissional ou através de outrem orientado pelo

contador é a mais recorrente e também mais preocupante, inclusive é a que mais é citada na norma sobre diferentes aspectos e pontos de vista.

Algumas vedações observadas na norma, praticados pelo contador, muitas vezes são confundidos como “falta de conhecimento”, porém negligência seria a palavra correta, pois uma vez formado, o profissional tem a obrigação de conhecer seu código de ética, não podendo sob hipótese alguma, alegar desconhecimento sobre tal (ALVES, 2005).

Essas proibições existem para que de fato, os profissionais compreendam que o não cumprimento destas, irá dentre outras coisas, desprestigiar a classe por ocasionar o prejuízo de colegas e terceiros, além de que dependendo da “infração” haver consequências tais como inclusive a perda do registro (ALVES, 2005).

7 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

Ao decorrer dos anos, a contabilidade deixou de ser apenas um instrumento de escrituração e apuração de tributos. O profissional se viu na obrigação de adaptação a um mundo com decorrentes mudanças de caráter econômico, tecnológico, social, dentre outros. Com estas mudanças de paradigmas, começaram a surgir iniciativas a respeito da responsabilidade social e assim deixou-se de lado a visão puramente capitalista do século anterior (REIS, 2003).

Segundo Mussolini (1994, p. 73 a 80) *apud* Reis (2003), os profissionais de contabilidade devem:

utilizar a Contabilidade, segundo seu conteúdo teórico, técnico e prático, como meio de alavancar o desenvolvimento econômico, através da adequada utilização das ferramentas da Contabilidade Financeira e Gerencial, mas também devem estar atentos para executar estas funções de forma ética e socialmente responsável.

Como possuidor de informações e processos empresariais, o contador deve desenvolver seus trabalhos para a coletividade à qual integra; seu papel é o de aumentar a taxa de sucesso das empresas, de auxiliar no crescimento de seus lucros, gerando desta forma, mais empregos, maior índice de arrecadação e conseqüentemente o desenvolvimento da própria profissão contábil, tornando do contador um difusor de ideias acerca da responsabilidade social (REIS, 2003).

A responsabilidade social têm sido um assunto bastante difundido no mundo empresarial. O contabilista por sua vez, deixou de ser visto como o profissional de números, mas como um consultor confiável, e é através da contabilidade que os gestores tomam decisões; e devido à essa grande carga de responsabilidade, o contador deve executar suas atividades de forma ética, orientando-se sempre pelos valores morais da sociedade (TRINDADE; BRONDANI, 2005 *apud* MARTINS *et al.*, 2014).

Segundo Marques (2017, p. 1) apud Cavalcanti; Albuquerque (2018), a responsabilidade social pode ser definida como:

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é baseada na busca das organizações em realizar suas atividades com uma conduta ética, levando em conta aspectos culturais da natureza, da saúde, da economia e da educação. Assim, a empresa é capaz de implementar ações sociais que resultem na construção de uma sociedade melhor, levando em consideração toda a comunidade e sem comprometer a lucratividade do negócio. A Responsabilidade Social Empresarial deve focar em dois conceitos: o da transparência — pois tanto o discurso da organização quanto a prática, devem caminhar lado a lado — e o dos valores éticos que nortearão a empresa na construção de uma sociedade mais igualitária.

Logo, entende-se que o objetivo principal da responsabilidade social é o de realizar a promoção da igualdade, tornando possível o crescimento da empresa e para a sociedade e daí decorre a importância da conscientização e do aperfeiçoamento das estratégias organizacionais e é neste ponto que o profissional contador entra, uma vez que o mesmo é a peça fundamental que influencia diretamente nas decisões empresariais de seus clientes, logo, o seu papel acima de tudo é o de promover o bem estar social (CAVALCANTI; ALBUQUERQUE, 2018).

8 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa e descritiva, uma vez que está pautada em obras já publicadas por autores renomados, bem como em artigos, monografias, dissertações e sites confiáveis.

Gil (2002. p.44) diz que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Andrade (2010) complementa o que o autor acima afirma dizendo que a pesquisa bibliográfica é de grande importância para as pesquisas exploratórias também, quando se determina um tema de trabalho para que seja realizado o desenvolvimento do assunto até a sua conclusão.

Para Azevedo (2013) pesquisas científicas têm um propósito de estimular a capacidade de pensar em questões diferentes e de procurar soluções por meio de hipóteses que podem ser verificadas por meio de uma apuração.

Com relação à classificação da pesquisa, a mesma é descritiva uma vez que foi preciso fazer levantamentos bibliográficos em legislações e autores de livros pertinentes ao assunto,

artigos científicos e publicações em sites para ter melhor esclarecimento acerca da relevância do tema escolhido (GIL, 2007).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse trabalho, verificou-se que a ética faz parte da existência humana, e por conseguinte, das comunidades, categorias diversas e das profissões, independente da estrutura de cada profissional.

A profissão contábil figura como uma das mais antigas, tendo seu nascedouro na antiga civilização mesopotâmica e/ou egípcia e, portanto, presente no dia a dia das pessoas. Como em toda profissão, a Contabilidade também possui o seu próprio Código de Ética que pauta as ações da profissão.

A ética está vinculada à responsabilidade social do profissional uma vez que é necessário que o contador tenha plena consciência da importância ética e social no exercício de sua profissão, contribuindo com a melhoria do seu trabalho junto às organizações.

Vale salientar que o Código de Ética do Profissional da Contabilidade “normatiza todas as ações, indicando quais os direitos, deveres e obrigações, bem como as proibições com suas devidas punições” inerentes ao profissional da Contabilidade.

Levando-se em consideração todas as informações apuradas sobre esse assunto, fica respondida a pergunta inicial, orientando-se que este assunto não tendo continuidade em novos estudos, tendo este como referência, contribuindo assim a academia e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478392/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: 06 maio 2018.

ALVES, F., *et al.* **Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista**. Revista Contabilidade & Finanças, vol. 18, 58-68. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br>. Acesso: 29 set. 2019.

ALVES, José dos Santos. **Adesão do Contabilista ao Código de Ética da Sua Profissão: Um Estudo Empírico Sobre Percepções**. São Paulo: 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso: 01 out. 2019

BONHÔTE, Fernanda. **Lucro x Ética: O Papel dos Líderes em um Mercado cada vez Mais Competitivo**. Implantando Marketing, dez. 2014. Disponível em: <https://implantandomarketing.com>. Acesso: 25 ago. 2019.

BORGES, I. R.; RODRIGUES, M. C. **Ética e Responsabilidade Profissional**. Canoas: Ulbra, 2011.

BREDA, Zulmir Ivânio. **Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC)**. 2019. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso: 30 set. 2019.

CAVALCANTI; Iara Pereira; ALBUQUERQUE, Larisse Leite. **Função e Responsabilidade Social do Contabilista**. Revista Eletrônica FAFIC (ISSN:2316-4328), 7 ed. vol. 7, 2018. Disponível em: <http://www.fescfafic.edu.br>. Acesso: 01 out. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

CHERMAN, Andréa; TOMEI, Patrícia Amélia. **Códigos de ética corporativa e a tomada de decisão ética: instrumentos de gestão e orientação de valores organizacionais?** Revista de Administração Contemporânea, vol. 9, no. 3. Curitiba, jul/set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid>. Acesso: 23 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE: Norma Brasileira de Contabilidade NBC Nº 1, de 07 de fevereiro de 2019. **Código de Ética Profissional do Contabilista**. Publicada na DOU em 14-02-2019. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso: 01 out. 2019.

CONTA SIMPLES. **Burocracia em abertura de conta bancária e atendimento**. 09 mar. 2018. Disponível em: <https://contasimples.com>. Acesso: 03 set. 2019.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/>. Acesso em 20 set. 2019.

FARIAS, Adriana. **Legislação e Ética Profissional**. [2012?]. Disponível em: <http://www.crce.org.br>. Acesso: 02 set. 2019.

FORTES, J. C. **Ética e Responsabilidade Profissional do Contabilista**. Fortaleza: Fortes, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas: 2002.

Disponível em:

https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 06 nov .2019.

GIROTTI, Maristela. **Código de Ética Profissional do Contador é atualizado: Saiba o que mudou**. 11 abr. 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso: 30 set. 2019.

GLOCK, R.S.; GOLDIM J.R. **Ética Profissional é compromisso social**. Mundo Jovem, PUCRS, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.sindhobrs.com.br>. Acesso: 23 set. 2019.

KARKACHE, Sergio. **Como melhorar a arrecadação de tributos no Brasil?**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br>. Acesso: 30 set. 2019.

KRAEMER, M. E. P. **Ética, Sigilo e o Profissional Contábil. Contabilidade Vista e Revista**, v. 12, n. 2, p. 33-48, 30 abr. 2009.

LIMA, Alex O.R. de. **Comentários ao Código de Ética do Contabilista**. Portal da Classe Contábil, 2013. Disponível em: <https://classecontabil.com.br>. Acesso: 20 ago. 2019.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, P. L.; *et al.* **A Responsabilidade Social Aplicada na Contabilidade**. 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br>. Acesso: 01 out. 2019.

MOREIRA, Joaquim Manhães. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. Tradução de Cecília Wiltaker Bergamini, Roberto Coda: São Paulo: Atlas, 1996.

REIS, Luciano Gomes dos. **A Contabilidade e a responsabilidade social nas organizações**. 2003. Disponível em: <https://www.crcpr.org.br>. Acesso: 01 out. 2019.

RIBAS, Daiane. **Ética: um dos segredos para ser um profissional competente**. Portal da Classe Contábil, 2007. Disponível em: <https://classecontabil.com.br>. Acesso: 22 set. 2019.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEBRAE. **Documentação exigida para a pessoa jurídica obter financiamento**. 11 dez. 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>. Acesso: 02 set. 2019

VALE, L. R.; FERREIRA, F. M.; WIESNER, R. **A Aplicação Prática do Código de Ética na Prestação de Serviços Contábeis**. 2014. Disponível em: <http://www.etcnico.com.br>. Acesso em 01 out. 2019.

VIEIRA, Aline Oliveira. **Ética na Profissão Contábil**. Repositório Institucional Ituverava, 2015. Disponível em: <http://www.dspace.feituverava.com.br/>. Acesso: 22 set. 2019.